



Ata da ducentésima nonagésima reunião ordinária do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Município de Jacareí realizada em vinte e sete de novembro de dois mil e dezoito. Nesta data reuniu-se em sua sede o Conselho Deliberativo do IPMJ sob a presidência do Sr. Juarez Braga de Oliveira Júnior. Presentes os conselheiros Antonio Alves de Moraes, Márcia Aparecida de Siqueira Arnaldo, Claudinéa Ribeiro Rebello, Eleni Garcia de Almeida, Sônia Evarista da Silva, Edvaldo Ferreira, Raimundo da Silva Jeremias, Willian Otávio Pereira, Carlos Bruno Areão Júnior, Carlos Augusto Zani, José Ricardo Vinhas, Reynaldo Bueno Prianti Neto, Evandro Paulino de Araújo e Luzia Lucrecia do Espírito Santo. Ausente a conselheira Sharise Lopes Miranda justificada. Presentes também o Diretor Financeiro Vanderlei Massarioli e o Diretor Administrativo e de Benefícios Marcelo Lima. A reunião teve início às 08h40. Seguiu-se a pauta. 1- Leitura da ata. O secretário efetuou a leitura da ata da reunião anterior para apreciação e aprovação, a qual foi enviada com antecedência por e-mail aos conselheiros, sendo a mesma aprovada sem emendas. 2- Finanças (Investimentos Aprovação Balancete Outubro/18). Foram distribuídas cópias do balancete aos conselheiros. O diretor financeiro fez a apresentação do balancete destacando como principais informações, nas receitas orçamentárias a COMPREV cujo valor corresponde a dois meses, cujo acúmulo já fora detalhado anteriormente, os repasses previdenciários e a alíquota suplementar, bem como os pagamentos das parcelas referentes a acordos que estão rigorosamente em dia; em receita patrimonial destacou o resgate efetuado do fundo BDR. À página sete, resumo de receitas e despesas, o destaque foi para o valor do patrimônio que ultrapassou a casa dos quinhentos milhões de reais. Quanto às despesas detalhou os registros dos pagamentos efetuados no período, tanto previdenciárias quanto administrativas (pg. 08 a 10). No Relatório Gerencial (pg. 11) estão registrados os valores referentes ao controle da taxa de administração e a execução orçamentária com as receitas previdenciárias e administrativas, as despesas previdenciárias e administrativas, o resultado financeiro superavitário de R\$ 1.195.518,01 (um milhão cento e noventa e cinco mil quinhentos e dezoito reais e um centavo) e o disponível em 31/10/2018 de R\$ 508.969.151,65 (quinhentos e oito milhões novecentos e sessenta e nove mil cento e cinquenta e um reais e sessenta e cinco centavos). À página doze as análises e comparativos demonstram, em percentuais e gráficos, o resultado de despesas X receitas comparadas ao resultado financeiro, a evolução patrimonial e o comparativo rendimentos/meta atuarial. O diretor destacou que o resultado dos rendimentos está próximo da meta atuarial. Sobre a Carteira de Investimentos o destaque foi para o desempenho dos fundos 4,3123% para uma meta atuarial de 0,7882%, um resultado de 547,09%, estando em 98,00% da meta atuarial no ano. Em valores, o fluxo mensal dos investimentos registra no mês, cifra superior a vinte e um milhões (pg. 14). O balancete foi aprovado conforme parecer do Conselho Fiscal exarado em ata. 3- Análise de



Expedientes. Foram apresentados para análise dos conselheiros vinte e quatro expedientes de concessão de benefícios, uma aposentadoria especial concedida conforme Súmula Vinculante nº 33 do STF, quinze aposentadorias por tempo de contribuição e proventos integrais, uma aposentadoria por invalidez com proventos proporcionais, três aposentadorias por idade e quatro pensões sendo três concorrentes oriundas do mesmo benefício. Todos aprovados e identificados em parecer consignado pelos conselheiros nesta mesma data. 4- Informes. O presidente solicitou aos conselheiros que participaram do 6º Congresso Nacional de Conselheiros de RPPS da ABIPEM que fizessem seus comentários; estiveram presentes ao congresso os conselheiros Antonio, Márcia, Claudinéa e Sônia e também o diretor financeiro Vanderlei Massarioli. Após os comentários o conselheiro Antonio informou que todas as palestras estão disponíveis no "site" da ABIPEM. O presidente apresentou a justificativa de ausência da conselheira Sharise e cumprimentou a conselheira Eleni pela aposentadoria conquistada e agradeceu sua colaboração e os bons serviços prestados ao Conselho e ao IPMJ durante sua gestão. A seguir o presidente comunicou a necessidade de passar para os conselheiros a questão da ADIN envolvendo os cargos comissionados do IPMJ; disse que está havendo diversos julgamentos de inconstitucionalidade de cargos comissionados em todas as secretarias e que isso está ocorrendo em diversas cidades; disse que o Ministério Público tem entrado com ações de inconstitucionalidade e o tribunal tem acatado; acaba sendo determinado o que pode e o que não pode e o governo tem que acatar a determinação, pois se trata de decisão judicial; a princípio quatro órgãos estão sendo adequados, IPMJ, Fundação Cultural, ProLar e SAAE e mais para o fim do mês serão outras quatro secretarias; disse que o gabinete do Prefeito elaborou um novo projeto de lei para os cargos comissionados, com uma adequação segura juridicamente pois a decisão judicial determina o que não pode, porém não diz como pode; disse que no caso do IPMJ as decisões são: primeiro todos os cargos de gerência serão extintos; as duas diretorias hoje existentes, Diretoria Financeira e Diretoria Administrativa e de Benefícios, ocupadas por comissionados passam a ser departamentos, Departamento de Benefícios e Departamento Administrativo/Financeiro" com dois diretores nomeados; serão cargos de confiança mas obrigatoriamente serão ocupados por servidores de carreira. A esta altura o conselheiro solicitou um esclarecimento; "Quando se diz servidor de carreira pode ser entendido como servidor efetivo de qualquer órgão?". O presidente disse que sim, eventualmente poderá ser nomeado um servidor efetivo de outro órgão e não de carreira no IPMJ. Prosseguiu o presidente; especificamente na área financeira será criada uma "Unidade de Investimentos"; esta unidade também será ocupada por servidor efetivo que receberá uma "FG" (função gratificada) cuja gratificação será de um terço do salário do Diretor; para dar suporte serão criados três cargos de assessoria da presidência com referência de



diretoria que serão ocupados por comissionados de livre nomeação. O presidente resumiu a estrutura apresentada com a seguinte composição, Presidente, o qual contará com três assessores comissionados puros, dois diretores de departamentos, Departamento de Benefícios e Departamento Administrativo/Financeiro com ocupantes nomeados para cargo de confiança, mas obrigatoriamente servidores efetivos concursados e, especificamente na área financeira será nomeado um servidor efetivo que responderá pela unidade de investimentos. O presidente informou que esta será a estrutura referente a cargos comissionados; que este entendimento foi "fechado" na última terça-feira e que com a proximidade da reunião ordinária do Conselho, não sentiu necessidade de uma chamada específica. Informou que existia a possibilidade de o projeto ser votado na Câmara na seção de amanhã (28/11/18), mas provavelmente deverá ser votado na seção da Câmara da próxima semana, mas a data limite é dia seis. O presidente informou que este projeto diz respeito aos cargos comissionados, porém aproveitou-se para inserir a criação do cargo de "Contador" o qual atenderá a necessidade das demais autarquias e a correção da referência salarial do cargo de advogado do IPMJ. Algumas colocações foram feitas pelos conselheiros no intuito de aprimoramento da gestão e administração do Instituto sem, contudo apresentarem senões ao projeto. O conselheiro Antonio solicitou informações quanto ao impacto financeiro com as mudanças a serem efetivadas. O presidente informou que o impacto financeiro será negativo e que as mudanças vão gerar uma economia de aproximadamente quatorze mil reais/mês. O presidente informou ainda que o documento encaminhado pelo Conselho para uma reunião com a Diretoria e a Prefeitura sobre o cargo de advogado do Instituto foi apreciado e solicitou a indicação de um representante do Conselho para essa reunião. O Conselheiro Antonio disse que, com a informação de que a correção da referência do cargo de advogado está inserido no projeto ora informado pelo presidente, sugere a suspensão da reunião por estar já apresentada uma solução. A sugestão foi aceita por todos. Nada mais foi tratado e a reunião foi encerrada às 10h40. Eu, Antonio Alves de Moraes, secretário, lavrei a presente ata a qual será assinada pelo presidente e conselheiros presentes após sua aprovação. Jacareí, vinte e sete de novembro de dois mil e dezoito. **

PRESIDENTE

Juarez Braga de Oliveira Júnior

CONSELHEIROS

Antonio Alves de Moraes

Márcia Aparecida de Siqueira Arnaldo



Claudinéia Ribeiro Rebello

Eleni Garcia de Almeida

Sônia Evarista da Silva

Edvaldo Ferreira

Raimundo da Silva Jeremias

Willian Otávio Pereira

Carlos Bruno Areão Júnior

Carlos Augusto Zani

José Ricardo Vinhas

Reynaldo Bueno Prianti Neto

Evandro Paulino de Araújo

Luzia Lucrecia do Espírito Santo





















